

VISÃO CRÍTICA E PERSPECTIVA POLÍTICA: CONTRIBUIÇÕES DO FÓRUM SINDICALISTA DA ASSUFRGS

O Fórum Sindicalista da ASSUFRGS surgiu da vontade de um grupo de trabalhadores das UFRGS, UFCSPA e do IFRS de criar um espaço de debates e construção coletiva para atuação no sindicato e nas realidades de cada instituição. O Fórum pretende contribuir para a formação política e enriquecimento cultural de seus participantes, tendo caráter aberto e plural, sendo irreduzível na defesa dos trabalhadores. Por não identificar este caráter nos coletivos existentes, propomo-nos como uma instância autônoma com relação a partidos, centrais sindicais e lideranças constituídas, mesmo reconhecendo sua importância dentro do movimento sindical. Neste 3º CONASSUFRGS, procuramos construir um espaço de formação política e articulação de pessoas interessadas na organização da categoria, com foco na atuação local, mas não restrito a esse âmbito e também apontando para um diálogo com questões sociais amplas.

Nós somos sindicalistas porque vemos no sindicato uma ferramenta privilegiada de luta dos trabalhadores. Pretendemos colaborar para a construção de uma grande frente de esquerda que possa representar os reais interesses dos trabalhadores, superando a fragmentação presente no jogo político existente. Este objetivo se torna mais urgente devido à política recessiva e financista do Governo Dilma, que pretende sacrificar a classe trabalhadora para obter o superávit primário. É necessário se organizar, é necessário lutar, é necessário unir a categoria em torno de objetivos comuns. Nesta tese procuraremos evidenciar estes princípios e diretrizes nos temas propostos pelo Congresso.

A) CONJUNTURA

A crise mundial iniciada no ano de 2008 teve profundo impacto sobre todo o mundo. O Brasil nesta época estava no ápice do crescimento devido a políticas anticíclicas aplicadas à economia. Lula, com 90% de aprovação, poderia ter aproveitado o ensejo para mudanças mais profundas – reforma agrária, urbana, educacional, entre outras -, mas este foi o período em que os benefícios concedidos às empresas não foram revertidos em garantias para a população (incentivos a vendas de carro, como redução de IPI, não foram articuladas a garantias trabalhistas, por exemplo).

Em 2013, por conta dos efeitos duradouros da crise, do preço exorbitante das passagens de ônibus, além de uma indignação generalizada com os gastos para a Copa do Mundo de 2014, o país viveu intensas mobilizações de rua. Neste momento ocorreu um debate sobre os gastos do Governo e destino dos investimentos públicos. Como resposta à indignação popular foi apresentada uma proposta de reforma política que tinha por função melhorar as distorções do sistema de representação vigente. O Governo, apesar do contexto de crise optou por manter um sistema baseado no favorecimento do capital financeiro, não aprofundando políticas sociais nem realizando mudanças no sistema político. Assim, a manutenção de um esqueleto neoliberal não é um fato conjuntural, mas escolha política.

No ano de 2014, após a morte do candidato à presidência Eduardo Campos, o crescimento eleitoral de Marina Silva e de Aécio Neves fizeram com que Dilma, às vésperas da eleição, adotasse um discurso de esquerda, apontando para o perigo que seria a “volta do neoliberalismo”, representado na ocasião pelos outros candidatos. Após a vitória, suas promessas foram deixadas de lado em prol da manutenção do poder, aprofundando as políticas neoliberais. O que tem ocorrido durante o ano de 2015 é a retirada da “gordura” desenvolvimentista do corpo desta administração, restando apenas o triste e magro esqueleto neoliberal.

Podemos falar em um cenário de crise política e econômica e apontar para uma crise social. Esta principalmente relacionada à precarização do trabalho através do desmantelamento de direitos dos trabalhadores, o que fica evidenciado nas MPs 664 e 665, que alteram regras da concessão de benefícios previdenciários. Também, se verifica o avanço da terceirização e desemprego, agravado pelos cortes na educação e saúde, além do pacote sobre servidores públicos.

Desta forma, a associação de figuras como Joaquim Levy e Kátia Abreu a um “governo popular” não é uma aberração conjuntural, como fazem crer de forma ingênua ou maliciosa os governistas. É, na realidade, a consequência lógica de um Governo que sempre teve postura dúbia entre a burguesia e a classe trabalhadora, e que, na hora de uma crise profunda, escolhe o lado mais forte da equação para não perder o poder. No entanto, esta política entreguista não tem garantido nem apoio nem estabilidade.

Por outro lado, existe uma resistência popular que não apenas tem feito a crítica aos governos, em todos os níveis, como também tem denunciado os

movimentos conservadores que tomam as ruas com discursos voltados contra a esquerda. Nos últimos anos temos assistido a um crescimento exponencial de greves e de ações de trabalhadoras e trabalhadores organizados. A união da classe através dos sindicatos representa um dique contra estes ataques, tanto do Governo Federal, quanto da direita conservadora. Os sindicatos, assim como as centrais, movimentos populares e partidos anticapitalistas, são elementos fundamentais da construção de frentes populares e de esquerda que representem uma alternativa política para o país.

O sindicato precisa ser visto para além do campo de luta econômico, sendo órgão de formação política e construção ideológica. A luta sindical e o sindicalismo apresentam uma saída para o futuro, como ferramenta de profunda transformação da vida humana. Mas, para isso, não é possível sustentar um sindicalismo corporativo. Devemos construir entidades que atuem para além das próprias categorias e busquem elementos de ação que dialoguem com o restante da sociedade. As lutas sindicais são elementos de acúmulo e transformação da realidade: elas apontam para unidades e meios de ação mais complexos, como, por exemplo, a construção da **Greve Geral**, que é um elemento transformador e um dos momentos mais significativos de intervenção da classe trabalhadora sobre a sociedade.

B) UNIVERSIDADES E INSTITUTOS FEDERAIS

As políticas educacionais dos governos Lula e Dilma apontam, por um lado, para uma significativa expansão de vagas e cursos, tanto da educação superior, quanto da educação profissional, que promoveram o ingresso de milhares de estudantes no sistema educacional e interiorização; e, por outro lado, para a precarização e irresponsabilidade na forma como essas políticas foram implantadas no país.

Tal expansão ocorreu, especialmente a partir de 2005 com programas como o REUNI e PROUNI na Educação Superior e da criação dos Institutos Federais na Educação Profissional e Tecnológica (2008). Ambas modalidades foram perpassadas pela lei de cotas, que modificou as condições de acesso de públicos historicamente aliados da educação formal. Essa expansão, contudo, é fruto de acordos do governo com organismos internacionais, comprometidos com a lógica reprodutiva do capital e de conformação da classe trabalhadora e não com uma

verdadeira valorização da educação como espaço de formação e qualificação dos sujeitos e de suas possibilidades criativas e emancipatórias, tampouco vinculado a um projeto de soberania do país. A educação superior no país, e em especial a pública, sempre foi marcadamente elitista e burguesa. A educação profissional, por sua vez, voltada aos pobres, para formação de mão-de-obra. As políticas anunciadas pelos governos do PT indicavam rompimento destas lógicas ao tentar modificar o público da educação superior e o foco da educação oferecida pelos IFs, com a novidade de pautar esta última numa crítica ao formato neoliberal de educação “aligeirada” implementado pelo governo FHC às antigas escolas responsáveis pela educação profissional no país. Os IFs surgem com a promessa de investimento na integração com a educação básica, propondo uma educação para além da formação de mão-de-obra barata, com foco na justiça social, equidade, competitividade econômica e geração de novas tecnologias.

Rapidamente as conquistas trazidas por estas políticas foram desmontadas pela crescente precarização da da educação, através de expansão irresponsável preconizada pelo REUNI nas universidades e impingida aos IFs e também pelo crescimento de programas como o PRONATEC, que retrocederam ao modo neoliberal, tanto nos aspectos de formação do trabalhador quanto no alto investimento destinado ao Sistema S. Além disso, o PROUNI mostrou-se um programa de financiamento da educação privada em detrimento da oferta pública, transferindo recursos públicos para entidades privadas. Esta mesma lógica privatista é reproduzida na concessão de bolsas em detrimento do investimento em estruturas permanentes – dar dinheiro para um indivíduo ao invés de fornecer uma estrutura coletiva e permanente.

O desmonte que impera no serviço público pela lógica neoliberal repercute em situações de precarização do trabalho na educação superior e profissional: 1) extinção de cargos no PCCTAE; 2) terceirização da mão-de-obra; 3) contratação de trabalhadores temporários; 4) remuneração extra através de bolsas para a execução das funções; e 5) exploração de estudantes bolsistas.

Este contexto coloca lado a lado trabalhadores em condições de trabalho completamente diferentes, além de expô-los a contratos precários, atrasos salariais, ameaças constantes de demissão e enfraquecimento da luta por direitos.

A fragmentação enfraquece a classe trabalhadora. Todos devem lutar em conjunto por direitos, já que a luta dos trabalhadores é a mesma, contra a exploração do capital.

Da mesma forma, entendemos que a participação dos trabalhadores das universidades e IFs nas decisões da gestão é fundamental, sejam quais forem suas formas de vínculo de trabalho. No caso das universidades, destacamos a ausência de democracia na composição de órgãos colegiados e na escolha do reitor - em que os votos de TAEs e estudantes possuem peso menor que os de professores.

A educação pública brasileira, mesmo com impulsos de democratização, continua se afirmando como burguesa e elitista, tanto na constituição de seu público, nos objetivos da formação que atendem direta ou indiretamente ao financiamento privado (especialmente a pesquisa) e às necessidades do mercado, quanto em seus modos de gestão hierárquicos e pouco democráticos. Simultaneamente ao lançamento do slogan “Pátria Educadora” vivemos o desmonte da educação pública operado pelo ajuste fiscal do Governo Dilma.

A educação brasileira precisa ser revolucionada!

Queremos uma educação que supere a lógica do capital, que tem no individualismo, no lucro e na competição seus fundamentos.

Defendemos uma educação que, desde as concepções pedagógicas, de acesso, de permanência, de produção intelectual e tecnológica esteja voltada a toda população e desvinculada de interesses privados.

Entendemos que uma “educação para todas e todos” precisa estar desvinculada da meritocracia e de padrões estanques de normalidade e êxito, mas em consonância com a realidade da população, especialmente da população estudante-trabalhadora

Defendemos a política de ações afirmativas para negros, indígenas, pessoas com deficiência pobres como estratégia de universalização do acesso.

Contrapomo-nos à toda forma precarizada de trabalho na educação e defendemos a contratação via RJU.

Queremos bolsas de assistência estudantil dignas e sem contrapartida laboral.

Queremos uma educação que desenvolva conhecimento e tecnologia sem estar a serviço dos interesses de grandes grupos empresariais, mas a serviço do povo.

Defendemos a democratização das instituições de ensino, tendo na paridade um passo importante nesse sentido, apontando para a universalização da participação na tomada de decisão.

C) BALANÇO POLÍTICO DA ASSUFRGS

Nos últimos anos, a realidade do sindicato passou por uma série de modificações. Ampliamos a base de servidores sindicalizados, com a incorporação da UFCSPA e do IFRS (Campi Porto Alegre, Canoas e Restinga) e na própria UFRGS se verificou o ingresso de um grande número de novos servidores. Ao mesmo tempo, vivemos desde o ano de 2011 uma conjuntura de intensas mobilizações, com as greves da FASUBRA dos anos de 2011, 2012, 2014 e 2015, além do ano de 2013, quando muitos servidores estiveram juntos aos manifestantes das Jornadas de Junho. A realização de um balanço político dos últimos anos da ASSUFRGS necessita espelhar essa nova dinâmica imposta pela realidade, que não comporta mais as covardias de políticas conciliatórias com o governo e com as gestões.

Um fator fundamental da caracterização da ASSUFRGS neste período foi a divisão entre um campo crítico e um campo defensor do governo. Sobre este último é que vai recair nossa crítica. Os militantes da Tribo, CTB e Resignificar, ligados ao PT e ao PCdoB, em relação às últimas greves, oscilaram entre uma atitude de boicote e apoio vacilante. Nas greves de 2011 e 2014, ocorreu uma vergonhosa ação de desmonte do movimento grevista para poupar o Governo Dilma. Nos movimentos de 2012 e 2015, mesmo com a participação do campo governista na greve, existiu uma série de movimentos (especialmente na Comissão de Imprensa) para abrandar a crítica à política econômica e ocultar os nomes de figuras relacionadas ao Governo.

Foi neste contexto em que se deu, mais especificamente na Greve de 2014, o choque entre uma coordenação majoritariamente governista, que tudo fez para sufocar o movimento grevista (fazendo campanha contra a chamada extra e mobilizando servidores que não estavam em greve para este fim) e um grupo de

ativistas, em sua maioria recém ingressados no sindicato, que conduziram corajosamente aquele movimento. Repetiu-se, aqui na ASSUFRGS, o mesmo fenômeno que dividiu os sindicatos em diversas partes do país (como os rodoviários de Porto Alegre, os garis do Rio de Janeiro ou os metroviários de São Paulo) separando uma direção burocratizada e comprometida politicamente, com uma base ainda inexperiente, mas com grande força renovadora.

Alguns aspectos do funcionamento da ASSUFRGS ajudam a aprofundar este problema: 1) o caráter proporcional da direção nos força a uma pluralidade artificial, colocando lado a lado militantes que desejam levar a luta adiante e aqueles que trabalham para boicotar ações políticas transformadoras; 2) a centralização das decisões nas mãos da coordenação, atribuindo pouco poder ao conselho de delegados, que é a instância mais representativa da vontade da base da ASSUFRGS; 3) o caráter semi-associativo de nosso sindicato faz com que muitas vezes as tarefas políticas acabem ficando em segundo plano, como pôde ser visto através dos intermináveis e estéreis debates sobre a colônia de férias de Garopaba.

Por esta razão, devemos privilegiar os aspectos políticos e críticos da ASSUFRGS para a construção de uma ação verdadeiramente transformadora no âmbito de nosso sindicato.

D) POLÍTICAS SINDICAIS

A ASSUFRGS deve assumir como principal política sindical para orientar seu plano estratégico, fomentar a solidariedade entre toda a categoria dos TAEs e incentivar ações comuns com sindicatos de outras categorias e outros movimentos sociais. A rotina de trabalho, assim como nossa vida cotidiana, tende a afastar os trabalhadores e as trabalhadoras, dificultando a formação de uma identidade comum. Esta é uma característica do sistema capitalista, cuja especialização cada vez maior faz com que os indivíduos se percebam como entidades isoladas. É uma função primordial dos sindicatos quebrar as diversas paredes invisíveis que nos separam e nos tornam mais fracos.

Uma primeira barreira a ser superada é a que divide a nossa própria categoria. Estamos separados por departamentos, unidades, campi e instituições de ensino. Muitos de nós apenas nos encontramos durante o período de greve, que congrega os militantes dispersos em um movimento comum. Faz-se necessário que

a ASSUFRGS tenha uma política que atraia e congregue os servidores para além dos períodos de paralisação, com atividades organizadas durante todo o ano. Para além disso, também é preciso promover um processo de sindicalização, aproximando aqueles que ainda não se identificaram com o sindicato. Da mesma forma, é necessário combater a ação da ATENS, que promove uma falsa divisão entre nossa categoria, explorando o desejo de distinção por parte de alguns e o oportunismo por parte de outros colegas.

Uma segunda barreira é a que separa os diferentes agentes que constroem as instituições federais de ensino. É necessária uma política mais forte de aproximação com os estudantes, docentes e trabalhadores terceirizados da UFRGS, UFCSPA e IFRS. Para tanto, devemos intensificar as ações conjuntas com os DCE's e Grêmios Estudantis, o ANDES, o SINASEFE e apostar na mobilização dos terceirizados. Esta articulação deve ser aprofundada tendo em vista a intensificação da luta pela paridade na UFRGS e na UFCSPA. Nesta aproximação, devemos incentivar que os docentes se vejam como trabalhadores, quebrando as hierarquias feudais existentes dentro das instituições federais de ensino.

Uma terceira barreira é a que divide os SPF's. Apesar de termos o mesmo padrão, o Governo Federal, a última greve mostra o quão difícil é a articulação entre as diferentes categorias federais. Seria preciso reforçar os espaços de ação comuns entre as categorias e realizar projetos conjuntos com outros sindicatos. Parte deste esforço deve ser voltada para a conscientização da população em relação ao pagamento da dívida pública, para mostrar que os recursos do Governo Federal são consumidos para alimentar o sistema financeiro. O ajuste fiscal é uma escolha da administração de Dilma, que sacrifica os serviços públicos em prol dos banqueiros e especuladores.

A quarta barreira a ser quebrada é a que nos divide de outros trabalhadores e trabalhadoras, tanto do setor público, quanto do setor privado. É preciso, neste momento de crise econômica e política, reforçar os laços que nos unem a toda a classe trabalhadora, através de ações conjuntas com sindicatos da iniciativa privada e do setor público nas 3 esferas, com as centrais sindicais, com partidos anticapitalistas e com os movimentos populares, construindo uma solidariedade que vá além de nossa própria categoria. Devemos fazer uma pressão constante para que a ASSUFRGS e FASUBRA atuem no sentido da construção de uma ação

política cada vez mais orgânica com outras entidades e se comprometam na constituição de frentes de luta que não tenham receio de enfrentar um Governo que apenas se compromete com a burguesia. Apenas assim superaremos a luta corporativa para alcançarmos uma atuação superior como classe.

Mesmo com todas estas articulações necessárias, também é imperativo que o sindicato se transforme em um espaço de formação para toda a classe trabalhadora, colaborando para a transformação de seus associados em sujeitos conscientes, éticos e autônomos. Neste contexto, a educação formal é um aspecto importante e por este motivo a ASSUFRGS deve tensionar as estruturas das IFES, para que garantam educação formal e melhores planos de capacitação para todos os servidores. A ASSUFRGS também deve promover cursos de formação sindical, especialmente voltados para seus associados. Esta experiência de formação de sujeitos políticos, no entanto, deve atravessar todas as atividades do sindicato, pois em todos os momentos, o convívio, o confronto e o debate deve servir para combater todo o tipo de opressão e reforçar os laços de solidariedade entre todos nós. O sindicato não é apenas uma instituição feita para conquistar melhorias econômicas, mas é o lugar onde a classe trabalhadora se educa, através do exercício da luta e da organização, para agir politicamente na sociedade.

E) TERCEIRIZAÇÃO NA BASE DA ASSUFRGS

A educação superior e profissional vive um momento extremamente contraditório: ao mesmo tempo em que acaba de passar por uma de suas maiores expansões, com a criação de novas instituições e ampliação das já existentes, também houve a reestruturação da carreira dos TAEs, com a extinção de importantes funções.

Este movimento acabou por aumentar a margem para a terceirização nas universidades e IFs. A contratação de empresas para a execução de tarefas fundamentais como serviços de manutenção, segurança, zeladoria, recepção, dentre tantos outros, passou a ser realizada da mesma forma como se compra um bem: através de licitação, buscando a menor cotação para a instituição. Através do estabelecimento desta relação, trabalhadores são submetidos a vender sua força de trabalho ao menor custo possível. Exclui-se completamente o fator humano do trabalho, baseando-o somente na racionalidade administrativa e burocrática, imperando a lógica do lucro.

Temos ao nosso lado colegas trabalhadores que não possuem garantias mínimas de direitos, como podemos observar a cada mês nos constantes atrasos de pagamentos de seus salários e benefícios. Com a atual política de corte de verbas para a educação, estes trabalhadores são os primeiros a sentirem os reflexos, ao perderem seus empregos. Aos que ficam, restam mais tarefas a dar conta. Em nome da racionalização administrativa, o governo Dilma também aprovou uma forma radical de terceirização dos serviços das universidades federais: a criação da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh), empresa pública ligada ao MEC com a finalidade de supostamente modernizar a gestão dos hospitais vinculados às universidades federais. O governo, em nome de formas de gestão cada vez mais alinhadas ao capital, retira direitos de trabalhadores e entrega hospitais universitários à privatização.

Os trabalhadores terceirizados recebem menores salários, estão mais expostos a acidentes de trabalho, sofrem maior rotatividade, são vítimas frequentes de assédio moral, maior suscetibilidade à demissão, não são atendidos por políticas de formação, dentre outros problemas relativos às condições de trabalho.

A luta da ASSUFRGS é a luta de todos os trabalhadores da educação, sejam quais forem suas formas de contratação! Acreditamos que a construção de uma luta unificada é uma forma de fortalecimento de todo o conjunto dos trabalhadores das universidades e IFs por seus direitos e contra o ajuste fiscal e a precarização da educação federal.

Nesse sentido, defendemos a incorporação dos trabalhadores terceirizados à base da ASSUFRGS mediante debate amplo e democrático com a categoria, buscando exemplos de outros sindicatos e ouvindo os anseios dos trabalhadores terceirizados.

F) ORGANIZAÇÃO, ESTRUTURA SINDICAL E PROPORCIONALIDADE / REFORMA ESTATUTÁRIA

Viabilizar uma estrutura democrática que represente os anseios da base é um imperativo para a Assufrgs. A proporcionalidade na composição da coordenação significou um investimento nesse sentido, no entanto repercutiu nitidamente em perda de mobilização na categoria, haja vista a greve de 2014, como exemplo recente dos prejuízos de uma direção executiva dividida em relação ao

direcionamento e estratégias de luta. O desafio de manter o pressuposto da coexistência das diferenças, garantindo uma direção forte para o embate da luta unificada, perpassa pela crítica desse atual modelo de composição da estrutura organizativa do sindicato.

Nesse sentido, defendemos o fim da proporcionalidade na diretoria executiva da ASSUFRGS e propomos o fortalecimento do Conselho de Delegados e Conselho Fiscal. Acreditamos que essa mudança deva ocorrer de forma experimental a ser avaliada no próximo congresso com uma análise das atuações, tanto da diretoria quanto dos conselhos.

Apontamos para a necessidade de deslocamento do espaço de disputas e divergências internas e de construção coletiva, intensificando-o no Conselho de Delegados - o qual é plural e representa todas as forças e unidades da base da ASSUFRGS - através do fortalecimento de suas prerrogativas e atribuições. A ele propomos ampliação de responsabilidades e capacidade decisória sobre os rumos do sindicato a serem garantidos em sua execução por uma coordenação coesa e unificada para operacionalização das resoluções nele pactuadas. Assim, o Conselho de Delegados deve ser constituído como espaço privilegiado de deliberação e normatização do sindicato, resguardando seu caráter intermediário e submisso às decisões da assembleia. Sua função deve estender-se através de comissões específicas, permanentes e temporárias, para trabalho conjunto com as coordenadorias. Tais comissões têm o papel de debater temas específicos para apresentação ao conselho de delegados, propor ações, além de auxiliar na organização e execução de tarefas para o qual tenham sido criadas.

Entendendo-o como espaço representativo do mais amplo espectro de divergências da base da categoria, o Conselho de Delegados fortalecido, constituir-se-á no parâmetro para direcionamento da luta política.

Associamos também ao fim da proporcionalidade na composição da coordenação a ampliação do Conselho Fiscal, garantindo nela representatividade de diferentes forças políticas, a fim de inviabilizar posições persecutórias e resguardando sua função de fiscalização sobre a gerência dos recursos e patrimônio da ASSUFRGS. Propomos uma composição do Conselho Fiscal formada por 5 membros e seus suplentes, eleitos democraticamente e proporcionalmente a partir de candidaturas em chapas.

Quanto à estrutura das coordenadorias, propomos uma coordenação de 15 membros, a coordenação-geral com 3 membros e nas demais 2 membros cada, de acordo com o organograma a seguir:

Coordenação-Geral	Assuntos de aposentadoria	Demandas dos Aposentados e discussões de Legislação
	Relações de trabalho	Questões Jurídicas, Ética, Saúde, Segurança do Trabalho, Carreira
	Formação Política	Política Sindical, Memória, Combate a opressões, Diversidade
	Comunicação	Políticas de comunicação com a categoria e com a sociedade
	Social	Eventos e administração da Colônia de Férias e Sede Campestre
	Administração e Finanças	Gestão patrimonial e financeira

A cada uma das Coordenações propostas será vinculada uma ou mais Comissões, constituídas por integrantes do CD, conforme regimento deste Conselho.

Outros espaços de construção da luta dentro do sindicato que devem ser valorizados são os Grupos de Trabalho, constituídos de forma livre e autônoma, com temáticas que nasçam dos anseios da categoria e abertos à participação de toda a base.

G) PLANO ESTRATÉGICO E LUTAS

- Construir em conjunto com sindicatos, centrais sindicais e movimentos sociais uma das mais decisivas formas de intervenção dos trabalhadores sobre a sociedade: a Greve Geral;
- Fortalecer o diálogo com outras categorias, tanto vinculadas a esfera federal quanto estadual, municipal e privadas;
- Desenvolver uma estratégia de luta junto com os SPFs para revogação da reforma da previdência;
- Fortalecer politicamente a participação efetiva da UFCSPA e IFRno Conselho de Delegados, garantindo um mínimo de 5 membros para cada base de trabalhadores associados, o que garantirá maior representatividade;

- Combater toda a forma precarizada de trabalho na educação e defender a contratação via RJU, o aprimoramento do PCCTAE, incorporação da legislação de segurança no trabalho ao serviço público, políticas de formação, capacitação e qualificação, espaços de lazer e desenvolvimento cultural;
- Lutar pela democratização das instituições de ensino, tendo na paridade um passo importante e apontando para a universalização da participação na tomada de decisão;
- Lutar por uma educação desvinculada dos interesses do capital;
- Fortalecer a entidade sindical como órgão de construção e formação política;
- Acabar com a proporcionalidade na gestão da ASSUFRGS;
- Fortalecer o Conselho de delegados como instância deliberativa e normativa e com inserção na coordenação da ASSUFRGS através de comissões;
- Fomentar a incorporação de terceirizados à base da ASSUFRGS, mediante debate com a categoria;
- Ampliar o Conselho Fiscal para 5 membros garantindo sua pluralidade através de eleições proporcionais;
- Criação da Coordenação Social, com o objetivo de minimizar as interferências negativas e desgastantes que o caráter social tem posto ao sindicato;
- Fortalecer a transparência, de modo que ações e documentos sejam publicizados;
- Lutar pelo fortalecimento da educação para todos e todas, defendendo políticas de ações afirmativas raciais, étnicas e sociais;
- Defender a educação e assistência estudantil como direito, lutando contra as bolsas com contrapartida laboral;
- Ampliar laços de solidariedade com as lutas do movimento estudantil;
 - Intensificar os processos de comunicação da categoria com o sindicato E Trabalhar em parceria com outros sindicatos para promover a comunicação das pautas e anseios de toda a sociedade;
 - Implantar uma política de resgate da memória do sindicato como parte fundamental da formação política da base da ASSUFRGS.

H) MOÇÕES

Apoiamos:

As ações dos estudantes da UFRGS em sua busca de melhores condições de assistência e moradia estudantil.

A luta dos trabalhadores terceirizados das IFES por um salário mais digno e melhores condições de trabalho.

A mobilização dos servidores estaduais contra os ataques promovidos pelo Governo Sartori.

As greves cada vez maiores nos setores público e privado, que vem ganhando cada dia mais força em todas as regiões do país.

Repudiamos:

A ação da ATENS entre os servidores das IFES e sua política de divisão entre os colegas da categoria.

O constante boicote ao diálogo por parte das reitorias da UFCSPA e da UFRGS em relação às demandas dos estudantes e servidores.

A repressão do governo Sartori aos trabalhadores em greve, assim como toda a política repressiva em relação às qualquer mobilização grevista.

O ajuste fiscal do Governo Dilma, que apenas favorece ao capital financeiro e aos especuladores.

APOIAM ESTA TESE:

Aline Disconsi - IFRS

Andreia Duprat - UFCSPA

Carlos Casanova – UFCSPA

Charles Almeida - UFRGS

Elenice Cheis – UFRGS

Eloisa Soliszko - IFRS

Fernanda Cardozo - UFRGS

Fernanda Lanzarini - UFRGS

Frederico Bartz - UFRGS

Grace Tanikado - UFRGS

Henrique Oliveira - IFRS

Juliana Prediger - IFRS

Lourenço Felin - UFRGS

Martha Weizenmann - IFRS

Natália Malüe - UFRGS